

Resposta aos questionamentos da empresa SEM PARAR, referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2018

Prezado sr. fornecedor,

Bom dia!

Passamos, abaixo, a responder ao Pedido de esclarecimento/Impugnação ao Edital a nós encaminhado:

a-) **Data do certame**. Realmente, houve equívoco de nossa parte, ao não inserir, no preâmbulo do Edital de convocação, a data de realização da licitação, embora tal data conste no sistema COMPRASNET. **Entendemos que há a necessidade de republicação do instrumento convocatório, com a indicação de nova data para realização da sessão pública.**

b-) **Do instrumento contratual**. Realmente, verificamos, ante a impugnação, que o prazo de 05 (cinco) dias pode ser limitativo. Assim, conforme solicitação, faremos a alteração no Edital, para adoção do prazo de 10 (dez) dias úteis.

c-) **Alteração/inclusão de vantagem**. Faremos a alteração solicitada.

d-) **Telefone de contato do proponente vencedor**. Não há necessidade de alteração, uma vez que a empresa pode informar seu "0800", providência válida para atendimento da cláusula editalícia.

e-) **Fiscalização**. Informamos que a fiscalização é realizada por servidores formalmente designados, que devem acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados. Cuida-se de encargo inafastável, até mesmo porque tem assento legal (Lei nº 8.666/1993, art. 67) e principiológico (indisponibilidade dos interesses e recursos públicos)

f-) **Prazo para pagamento**. Os prazos veiculados no Edital da licitação têm fundamento legal (Lei nº 8.666/1993, art. 40, XIV, "a", e art. 5º, §3º), cuja regulamentação é feita pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 02/2016. Desse modo, não pode, nem deve, a Administração efetuar alterações nos prazos para liquidação e pagamento de obrigações financeiras. Isso, entretanto, não é empecilho a que a empresa disponibilize à entidade contratante os prazos de vencimento, para opção. Oportunamente, esclarecemos que o termo inicial do prazo para pagamento é a data do "atesto" pelo servidor responsável por tal providência (fiscal formalmente designado), não a mera indicação pela empresa.

g-) **Emissão de Fatura ou Nota fiscal**. Quando da contratação, em sendo disponibilizada, no site da empresa contratada, a Fatura ou Nota fiscal, restará atendida a cláusula editalícia/contratual.

h-) **Saneamento de equívocos na emissão da Fatura**. A cláusula editalícia atende aos comandos legais pertinentes à matérias, até mesmo porque: a-) constatado equívoco na emissão da Fatura ou Nota Fiscal, o servidor responsável por sua conferência e ateste não pode omitir-se, sob pena de responsabilização; b-) a alteração da cláusula, para atendimento de especificidades da empresa impugnante, importaria em direcionamento da licitação.

i-) **Data e forma do pagamento**. Primeiramente, cumpre deixar claro que a Fatura emitida deve consignar, em seu corpo, os valores total e líquido (isto é, o valor da prestação dos serviços, e este mesmo valor, deduzidas as retenções legais); assim, o instrumento de cobrança deve refletir o valor líquido da obrigação. Assim, faremos o ajustamento da redação da cláusula editalícia, para incluir o

BOLETO BANCÁRIO como instrumento de cobrança/pagamento, tanto que respaldado pela anterior emissão de Fatura ou Nota Fiscal.

j-) **Reajuste de valor devido em caso de atraso.** A taxa de encargos moratórios é apurada através da fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo a taxa anual de juros, atualmente, de 6% (seis por cento) ao ano (Decreto Federal nº 22.626/1932, art. 1º, §3º). O memorial é cálculo, portanto, está de acordo com a legislação em vigor. Em se tratando de contrato de adesão, tanto que assinado pelas partes, ambas vinculam-se a suas disposições, posto que estas se alinham com os permissivos legais. assim, não há a necessidade de se efetuarem alterações na cláusula editalícia.

k-) **Da aceitação dos serviços prestados.** Ainda aqui, deverá ser reiterado o que já se afirmou no item "f", supra. Não pode, o servidor responsável (fiscal formalmente designado), atestar Faturas, encaminhando-as para liquidação e pagamento, se constatar que há divergência de valores entre o que efetivamente prestado e o que consta na Fatura; se o fizer, responderá, pessoalmente, pelos prejuízos causados ao Erário (Decreto-Lei nº 4.657/1942, art. 28). Em sendo o caso, devem ser feitos os ajustamento de valor, para que a Fatura ou Nota Fiscal possa ser encaminhada para liquidação e pagamento.

l-) **Multa Compensatória de 5%.** A previsão editalícia encontra-se em consonância com a legislação vigente, tendo por objetivo resguardar os interesses públicos e recursos envolvidos. Ao contrário do que se postula na impugnação, não se pode "alinhar", isto é: negociar, questões que envolvam recursos públicos, por absoluta indisponibilidade. De mais a mais, cuida-se, efetivamente, de contratação de obrigação de resultado, em que a empresa contratada se compromete a disponibilizar créditos para pagamento de tarifas de pedágio e "taxa" de estacionamento. logo, não há razão, nem possibilidade legal, para que se reveja a previsão editalícia, tornando-a negociável.

m-) **Vigência/prorrogação/reajuste.** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, como prevê o artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, podendo, como regra, ser prorrogada. A solicitação refere-se, ademais, a dois pontos, ambos regulamentados por lei. Quanto ao primeiro, isto é: a concessão de reajuste, impera a cláusula legal de anualidade, cujo termo inicial é a data de apresentação da proposta (data de realização da sessão pública); quanto ao segundo, isto é: revisão (Lei nº 8.666/1993, artigo 65, II, "d"), é cláusula inerente aos contratos administrativos, independentemente de previsão expressa, com fundamento constitucional, inclusive (Constituição Federal, artigo 37, XXI).

n-) **Forma de prestação dos serviços.** Trata-se de contratação de serviços em quantitativos estimados, não se podendo, de antemão, limitar, para mais ou para menos, as futuras demandas. Ainda, uma vez que o custo e os respectivos preços com a prestação dos serviços serão proporcionais ao que executado, nenhum prejuízo haverá para a empresa prestadora. Assim, não há a necessidade de exclusão da cláusula.

o-) **Retirada dos dispositivos.** Quando da celebração do contrato, as partes contratantes poderão acordar a melhor forma de disponibilização dos dispositivos.

p-) **Discriminação dos serviços prestados/rejeição de serviços.** Não pode, a Administração contratante, abrir mão de cláusulas que tutelem seus interesses, indisponíveis por sua própria natureza. Desse modo, como já dito em itens anteriores, não é possível a exclusão de cláusulas de tal jaez. Qualquer ajustamento de cláusula editalícia às condições de determinada empresa importa em direcionamento da licitação, razão por que não se pode alterar o presente ponto impugnado.

q-) **Recebimento provisório e definitivo.** Os prazos para recebimento, tanto o provisório quanto o definitivo, atendem ao comando legal inscrito no artigo 73, I, "a" e "b", da Lei nº 8.666/1993.

Entendemos que os prazos de 10 (dez) dias, menores que o máximo permitido pela legislação, satisfazem os interesses das empresas contatadas. Quanto aos demais pontos, já foram esclarecidos nos itens precedentes.

r-) **Obtenção de Faturas via site**. Sim, o sistema atende ao que demandado na licitação, uma vez que não se constitui em empecilho ao procedimento de fiscalização e conferência.

Portanto, acatamos a impugnação, no que diz respeito à data para realização do certame. Faremos a republicação do Edital e anexo. Procederemos, outrossim, às demais alterações acima indicadas, de modo a viabilizar a ampliação da disputa entre as empresas interessadas.

Certos de termos atendido ao que demandado, colocamo-nos à disposição.

JOÃO CARLOS FERREIRA